



Contracartografia às margens das águas urbanas: desmistificar o discurso técnico para pensar junto com o fazer

Núria Manresa Camargos¹

Resumo

A bacia do córrego do Capão está situada na periferia de Belo Horizonte, na divisa com o município de Ribeirão das Neves e a montante da bacia do ribeirão Isidora. A bacia do Isidora tem sido alvo de estudos ambientais da prefeitura do município. Os resultados dos estudos demonstraram que a área tem previsões de altos índices de inundação, ondas de calor e deslizamentos para o ano de 2030. Por sua vez, o córrego do Capão está, em grande parte, em leito natural e apresenta oportunidade de uma reconciliação entre a água e o urbano². Os ribeirinhos, há dez anos vêm se organizando em um grupo que através do trabalho cotidiano de cuidado buscam reconstruir a mata ciliar e outras espacialidades. Por outro lado, o município tem planos de grandes obras para a bacia. No entanto, para realizar sua proposta de grandes intervenções com concreto, a prefeitura precisa legitimar a participação dos moradores. Sendo assim, apresentou o estudo com previsões catastróficas e uma solução: reservatórios concretados no fundo do vale. Descontentes, os ribeirinhos propuseram um grupo de trabalho (GT) para estudar alternativas à grande obra. Como estratégia de diálogo entre saberes, estamos³ desenvolvendo um site que, entre outras coisas, abriga uma ferramenta de cartografia que sobrepõem intenções espaciais e ecológicas. A cartografia visa explicitar contradições mascaradas pelo discurso técnico e assim criar frestas para outros modos de produzir e gerir o espaço da bacia hidrográfica do Capão.

¹ Mestranda/ NPGAU UFMG.

² A reconciliação entre a água e o urbano vai em direção do entendimento da cidade como sacionatureza cunhado por Erik Swyngedouw (2001). O termo convida a ultrapassar a dicotomia natureza cidade, onde alguns espaços são determinados como áreas a serem preservadas sem humanos e outras áreas são determinadas para a vida cotidiana dos humanos, implicando necessariamente em uma degradação, como elucida Margarete Leta em *Água em meio urbano, favelas nas cabeceiras* (Silva, 2013). A cidade como sacionatureza discute as conformações espaciais por processos sociais e naturais entrelaçados, em busca de quebrar a dicotomia moderna natureza-cultura. Ressalto que essa dita reconciliação não pode acontecer excluindo os ribeirinhos urbanos, que é como atua normalmente a ecologia colonial destrinchada por Malcom Ferdinand (2022).

³ Como nós me refiro ao grupo de pesquisa MoM- Morar de outras maneiras http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/aguas_no_capao/index.html com Roseli Correia integrante mais antiga do Núcleo Capão e André Cravalho cineasta ribeirinho do córrego do Capão.

Palavras-chave: Técnicas de mapeamento, Interface digital, Ecologia das práticas, Águas urbanas, Pedagogia sócio-espacial, Espacialidades.

Bacia hidrográfica do Capão

Belo Horizonte, inaugurada em 1897, foi uma das primeiras cidades planejadas do Brasil moderno. Ao longo dos últimos cento e vinte e seis anos, Belo Horizonte extrapolou a cidade planejada, grande parte dos cursos d'água foram tamponados e retificados e os que ainda correm em leito natural, não por acaso localizados na periferia, encontram-se com graves índices de poluição, despejo de esgoto, erosão e com suas matas ciliares destruídas ou muito comprometidas. A lógica pretensiosa da técnica moderna de dominação da natureza desconsiderou a água como um elemento fundamental para a reprodução da vida e a ignorou da paisagem urbana. No entanto, algumas bacias urbanas da cidade ainda oferecem possibilidades de recuperação da relação humana com a água, pois têm trechos em que cursos d'água correm em leito natural em meio a expressiva cobertura vegetal, como é o caso do córrego do Capão.

A bacia hidrográfica do Capão está a montante da bacia hidrográfica da Isidora, que constitui uma sub-bacia do Rio das Velhas, o maior afluente do rio São Francisco. Ela faz parte da regional Venda Nova, a doze quilômetros do centro de Belo Horizonte, na fronteira com o município de Santa Luzia. Trata-se da região central do estado de Minas Gerais, que é parte da Mata Atlântica e do Cerrado. Ambos são “hotspots de biodiversidade”, isto é, segundo a definição do ecólogo Norman Myers⁴, biomas que se destacam mundialmente pela concentração excepcional de espécies endêmicas e que, ao mesmo tempo, estão altamente ameaçadas. Ameaçados estão também vários sujeitos da cidade que são cuidadores zelosos desses biomas no meio urbano: indígenas, quilombolas, moradores de periferias e de favelas, agricultores urbanos e muitos outros ativistas.

Em dezembro de 2022, uma empresa paulista de hidrologia, contratada pela Superintendência de Desenvolvimento da Capital (SUDECAP), promoveu uma reunião on-line com o Núcleo Capão, grupo organizado de ribeirinhos urbanos, e alguns

⁴ MYERS, N., MITTERMEIER, R., Mittermeier, C. et al. Biodiversity hotspots for conservation priorities. *Nature* 403, 853–858 (2000). Disponível em: <https://doi.org/10.1038/35002501>

apoiadores, para apresentar um diagnóstico e duas propostas de intervenção para a bacia, ambas drenagem da bacia do ribeirão Isidora, demandados pelo Subcomitê da Bacia Hidrográfica do Ribeirão Onça (SBHR). Os engenheiros da empresa trouxeram mapas representando três cenários. O "cenário zero" ilustrava o futuro sem nenhuma intervenção, exibindo, basicamente, manchas de inundação e trechos de erosão. O "cenário um" mostrava as consequências da implantação de projetos já disponíveis para as vias 220 e 5908, canalizando mais um trecho do córrego e tratando o fundo do seu leito em outros trechos. Os engenheiros explicaram que essa opção aumentaria os riscos de inundação nas margens do córrego Piratininga e do ribeirão Vermelho, ambos afluentes do Capão, além de aumentar a velocidade da água nas seções naturais e, conseqüentemente, a erosão das margens. Ainda assim, argumentaram que essa opção traria 'estabilidade' ao córrego do Capão.

O "cenário dois" consistia na "estabilização da calha do rio", mediante seu revestimento, e na construção de reservatórios de amortecimento para prevenir erosões e alagamentos, que já acontecem em certo ponto da bacia. A área receberia um tratamento paisagístico com lâmina d'água sobre o reservatório. Quando membros do Núcleo perguntaram se o revestimento da calha não poderia ser vegetal, os engenheiros apontaram que isso não seria suficiente para controlar a velocidade da água e aludiram a outros "motivos técnicos", sem os especificar. Eu mesma perguntei, via chat da reunião, se estavam previstas intervenções nos topos de morro da bacia, mas não tive resposta. Henrique Tsade, um dos cuidadores dos plantios às margens do Capão, manifestou que sentia falta de uma intervenção mais artesanal, o que interpreto como reivindicação por um processo menos alienado, mais afinado com as especificidades locais e em que os moradores pudessem decidir e agir com apoio dos recursos técnicos. Mas o questionamento de Henrique também não teve nenhuma ressonância. Ninguém explicou como a água ganha velocidade, por que ocorrem enchentes nessa bacia ou que alternativas haveria além de tamponar ou canalizar o rio e disfarçar sua morte (e o mal cheiro) com um espelho d'água artificial. Ao final da reunião, os ribeirinhos urbanos, insatisfeitos com as propostas, mas satisfeitos com a drenagem da bacia do ribeirão Isidora, demandados pelo Subcomitê da Bacia Hidrográfica do Ribeirão Onça (SBHR). Os engenheiros da empresa trouxeram mapas representando três cenários. O "cenário zero" ilustrava o futuro sem nenhuma intervenção, exibindo, basicamente, manchas de inundação e trechos de erosão.

O "cenário um" mostrava as consequências da implantação de projetos já disponíveis para as vias 220 e 5908, canalizando mais um trecho do córrego e tratando o fundo do seu leito em outros trechos. Os engenheiros explicaram que essa opção aumentaria os riscos de inundação nas margens do córrego Piratininga e do ribeirão Vermelho, ambos afluentes do Capão, além de aumentar a velocidade da água nas seções naturais e, conseqüentemente, a erosão das margens. Ainda assim, argumentaram que essa opção traria 'estabilidade' ao córrego do Capão.

O "cenário dois" consistia na "estabilização da calha do rio", mediante seu revestimento, e na construção de reservatórios de amortecimento para prevenir erosões e alagamentos, que já acontecem em certo ponto da bacia. A área receberia um tratamento paisagístico com lâmina d'água sobre o reservatório. Quando membros do Núcleo perguntaram se o revestimento da calha não poderia ser vegetal, os engenheiros apontaram que isso não seria suficiente para controlar a velocidade da água e aludiram a outros "motivos técnicos", sem os especificar. Eu mesma perguntei, via chat da reunião, se estavam previstas intervenções nos topos de morro da bacia, mas não tive resposta. Henrique Tsade, um dos cuidadores dos plantios às margens do Capão, manifestou que sentia falta de uma intervenção mais artesanal, o que interpreto como reivindicação por um processo menos alienado, mais afinado com as especificidades locais e em que os moradores pudessem decidir e agir com apoio dos recursos técnicos. Mas o questionamento de Henrique também não teve nenhuma ressonância. Ninguém explicou como a água ganha velocidade, por que ocorrem enchentes nessa bacia ou que alternativas haveria além de tamponar ou canalizar o rio e disfarçar sua morte (e o mal cheiro) com um espelho d'água artificial. Ao final da reunião, os ribeirinhos urbanos, insatisfeitos com as propostas, mas satisfeitos com a abertura do canal de diálogo com a SUDECAP, começaram a articular um grupo de trabalho (GT).

Os cenários apresentados pela Prefeitura estão dentro de uma narrativa catastrófica em que são vislumbradas três opções de obra com as respectivas simulações das consequências. Elas são, em resumo, ou não fazer nada, ou transformar o curso d'água em avenida, ou construir bacias concretadas. No "cenário dois", que os técnicos defendiam, um dos vários reservatórios ao longo do fundo de vale ocuparia grande parte da área onde as moradoras lutam há onze anos para que seja implantado um parque ciliar. É justamente nessa área que elas iniciaram, em 2021, a Horta Clareia a Terra, como gesto

de reivindicação daquele espaço comum e almejam transformá-la em agrofloresta ciliar, de fato protegendo aquelas margens.

Ao final da reunião, os técnicos enviaram por e-mail arquivos com textos e mapas que totalizavam cerca de quinhentas páginas para que os ribeirinhos se posicionassem. À época da reunião, eu já me correspondia com Roseli, liderança do Núcleo Capão, havia dois anos. Como sou arquiteta, Roseli me encaminhou os arquivos na expectativa de que eu emitisse um parecer a respeito de tudo aquilo.

Assistência e assessoria: modos diferentes de atuar

No campo da arquitetura e do urbanismo, a relação entre movimentos sociais e técnicos costuma se dar via **assistência ou assessoria técnica**. Coloquialmente costumam ser usadas como sinônimos, mas, conceitualmente, diferem (cf. Baltazar; Kapp, 2016).

A escritora de ficção especulativa Ursula Le Guin observa que hoje entendemos por história algo sempre próximo do conto do herói, isto é, do conquistador e assassino com suas armas. Le Guin propõe, em vez disso, pensar a história como os cestos, as bacias que armazenam os grãos e carregam os bebês para liberar as mãos dos cuidadores. Essa história como processo contínuo, sem herói único (sem uma solução externa única), mas com pessoas (relações), essa história que não é contada, ela chama de **história vital**. Analogamente, ela propõe pensar também a ciência como um **cesto de culturas** em vez de uma arma de dominação. Se imaginarmos as bacias hidrográficas nesse registro, como as cestas da ficção de Le Guin, contar suas histórias significaria contar o que colocamos dentro dessas bacias e como relações e convívios se estabelecem ali. Pensando com Le Guin, eu diria que a **assistência técnica** se relacionaria com o conto do herói. O movimento social participa da solução previamente definida pelos técnicos, por exemplo escolhendo entre opções oferecidas ou posando para uma foto que será exibida em uma exposição frequentada pelos técnicos e seus companheiros. A solução pode ser um projeto arquitetônico, uma exposição ou outro produto. Mas seja qual for a solução previamente proposta, tem como fim a promoção das qualidades técnicas e/ou estéticas do grupo propositor e resta aos moradores serem exibidos como participantes dando a sensação de um processo democrático, mas sem de fato alterar nada na vida cotidiana do movimento social. Já a **assessoria técnica** vai em direção de pensar a ciência e a história como cesto, isso pressupõe não a participação, mas a autonomia do movimento social com quem se

trabalha junto. Isto quer dizer que as regras do jogo precisam estar explícitas para que o movimento defina se irá jogar e como jogará, com quais histórias e modos de fazer e pensar.

Em seu texto “Assessoria técnica e suas questões”,⁵ Kapp delineaia quatro personagens ou tipos ideais weberianos na produção habitacional formal: os moradores organizados, os representantes do Estado, os representantes do capital e os técnicos. Para o **estado** as prioridades são “o controle burocrático e os recursos políticos que o processo oferece via discurso e imagens. É mais importante iniciar uma obra do que concluir.” Já o **movimento** se organiza para obter um bem palpável. Para os **capitais** o interesse é o lucro, sendo a legislação o único aparato que impõe limites. Já os técnicos são aqueles que concentram os saberes reconhecidos como tais. Kapp destaca que as funções dos técnicos surgiram historicamente para atender as instâncias que concentram recursos políticos e econômicos: o estado e o capital.

Transpondo esse raciocínio para o caso da bacia do Capão, os **moradores** se organizam para conseguir o Parque Ciliar Agroflorestal do Capão. Para obter o parque, o grupo empenha além do trabalho cotidiano que requer saberes, recursos próprios, estudos e diálogos tanto com o estado quanto com outros parceiros, como a universidade. Já os **técnicos do Estado** propõem reservatórios de concreto no fundo de vale, passando por cima inclusive dos plantios feitos pelos moradores. Para justificar a proposta, argumentam que a legislação, o Plano Diretor de Drenagem⁶, determina que a uma bacia não deve transferir impactos a jusante. Portanto a mancha de inundação de uma bacia hidrográfica deve ser controlada na mesma bacia sem causar sobrecarga à bacia a jusante. Não por coincidência, as soluções apresentadas pelos técnicos do Estado empregam modos de trabalho (trabalho “especializado”, que são os projetos calculados das bacias, executado por mão de obra barata, os operários da construção civil) e materiais mais lucrativos (concreto⁷).

⁵ Kapp, Silke, Assessoria técnica e suas questões, 2014

⁶ Kapp, Silke, Assessoria técnica e suas questões, 2014.

⁷ Sérgio Ferro localiza na história quando começasse a usar mais concreto nas construções e explica que a preferência do material não se dá apenas pela redução de custos mas também porque não há em torno do concreto um saber-fazer historicamente acumulado, ou seja, uma tradição de ofício que solde a aliança dos trabalhadores. Desta forma, um saber-fazer ainda ausente não constitui uma arma que possa ser usada na luta de classes, mas sim uma arma para o capital. Por isso Ferro intitula esse texto de Concreto como arma. Ferro, Sérgio, Concreto como arma, [1988], 2021, p.12.

A fim de legitimar a participação, como determina o Estatuto da Cidade Lei 10.257/01, as propostas foram apresentadas aos ribeirinhos urbanos na reunião convocada sob o slogan de Soluções Baseadas na Natureza (SBN). A antropóloga peruana Marisol de La Cadena alerta para o paradoxo da convergência entre as justificativas de governos extrativistas e as justificativas de justiça ambiental usadas nas defesas dos comuns, como rios e matas. Para a autora essa convergência está na suposta continuidade ontológica entre humanos e na descontinuidade ontológica entre humanos e não humanos, o que permite uma relação que objetifica os não-humanos como recursos naturais. “A distribuição, o acesso e o uso desses recursos podem, então, tornar-se ponto de discórdia entre os humanos.”⁸

O ponto é que em todos os três cenários apresentados as soluções são concentradas em grandes obras no fundo de vale, isto é, onde converge toda a água pluvial da bacia. Ademais, as propostas partem do pressuposto de que a bacia sofrerá ao longo dos anos um processo de aumento da impermeabilização do solo, isto é, mais concreto e asfalto ao longo do relevo, o que acarreta em um aumento da velocidade que a água da chuva chega ao fundo do vale, aumentando processos erosivos e áreas de inundação. Assim posto, de fato, reservatórios de concreto no fundo de vale que reterão a água em momentos críticos, parecem a única solução possível. Por outro lado, em nenhuma das três opções trata-se a relação do binômio água e terra ao longo de toda a bacia, menos ainda, a relação não objetificada com os não-humanos. O que quero dizer com ‘binômio água e terra’ é algo óbvio para hidrólogos, jardineiros e agricultores urbanos, que o solo permeável, a terra, tem a capacidade de reter certa quantidade de água da chuva, como uma esponja. A quantidade de água que o solo absorverá, dependerá de alguns fatores como: o tipo de solo, o tipo de vegetação que há nesse solo e a inclinação dessa superfície. Portanto, pensar em áreas de absorção ao longo de toda a bacia, incluindo as partes mais altas, faz com que menos água de chuva chegue em um determinado tempo ao fundo do vale.

A pergunta é: quanto de área permeável cultivada seria necessária para que não chegasse tanta água em pouco tempo ao exutório (ponto mais a jusante do fundo do vale) aumentando a mancha de inundação e conseqüentemente não afetando a próxima bacia a jusante como determina o Plano Diretor de Drenagem? Apenas o aumento de áreas permeáveis seria suficiente? Em caso negativo, quais as outras soluções difusas (não

⁸ BLASER, Mario; CADENA, Marisol de la, Os incomuns, 2021.

concentradas no fundo de vale) poderiam ser empregadas considerando as práticas e dinâmicas de trabalho existentes na bacia do Capão? Em outras palavras, quanto do saber e do trabalho que já é empregado pelos ribeirinhos urbanos (os organizados e outros não organizados) poderia ser mobilizado, remunerado, combinado com outros saberes (inclusive com os ditos técnicos) para a diminuição da mancha de inundação da bacia? No entanto, o cálculo que construiria o cenário de simulação repleto de jardins, hortas, agroflorestas e parques, quintais com microreservatórios, bananeiras, poejos, taiobas, canelas de macaco, acerolas e pitangas não foi sequer considerado pelos hidrólogos contratados.

Indo em direção a uma crítica imanente, preciso ressaltar que a solução dos técnicos concentrada apenas no fundo de vale, apesar de estar dentro da diretriz do Plano Diretor de Drenagem, contradiz o Plano Diretor Urbano de Belo Horizonte - lei 11.181/2019. A lei prevê conceitos que consideram uma maior permeabilidade do solo em meio urbano, para a proteção de nascentes e cursos d'água e prevenção dos processos erosivos como é o caso das “Conexões Verdes” e das “Conexões de Fundo de Vale”⁹. No Plano Diretor, parte da via existente em cima do trecho tamponado do Córrego do Capão e as vias coletoras paralelas ao córrego e também outras coletoras que chegam ao córrego estão demarcadas como “Conexão Verde”, isto é “vias que interligam zonas de preservação ambiental e áreas de diretrizes especiais ambientais, visando à melhoria da arborização urbana e à formação de corredores ecológicos.” Nestas vias encontram-se previstas também ciclovias, mas atualmente possuem pouquíssima arborização e pouquíssima área permeável (FIGURA 2). Já as “Conexão de Fundo de Vale” são definidas na legislação como “locais onde há necessidade de saneamento ambiental amplo, visando à restauração da qualidade dos cursos d'água.” Quando visitamos o

⁹ Consta no Plano Diretor Urbano de Belo Horizonte- 11.181/2019: Art. 112- São classificadas como áreas de conexões ambientais as porções do território municipal predominantemente lineares, cuja delimitação tem como objetivo a conformação de uma rede de qualificação ambiental voltada para a proteção de cursos d'água e nascentes e prevenção de processos erosivos, bem como para a disponibilização de áreas vegetadas e permeáveis e espaços propícios ao exercício de atividades de esporte e lazer.

3º- O Plano Diretor está fundamentado no compromisso de implementação no Município da Nova Agenda Urbana- NAU, documento consolidado na terceira Conferência das Nações Unidas para Habitação e Desenvolvimento Sustentável.

Parágrafo único- O compromisso do Município com a NAU contempla a consideração de acordos e pactos a ela vinculados para o desenvolvimento da política de crescimento urbano e ordenamento territorial, com destaque para os princípios orientados pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável- ODS-11, voltado para tornar as cidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis.

córrego do Capão, constatamos diversos pontos de despejo de esgoto justamente nesta área demarcada como “conexões de fundo de vale”, apesar da presença dos interceptores da Companhia de Saneamento da Capital.

Figura 01: Aba Mapa interativo com as camadas de conexão verde e conexão de fundo de vale ligadas juntamente com a proposta do reservatório apresentadas em dezembro de 2022 sobre o parque ciliar pleiteado e a camada da mancha de inundação.

Fonte: site Águas no Capão acessado em setembro de 2023



Figura 02: Rua José Maria Rodrigues demarcada como conexão verde no Plano Diretor e situada em linha de drenagem da bacia.

Fonte: Street View Google acessado em novembro de 2023

Os técnicos do estado, ao apresentarem as opções fechadas em três obras, três futuros, apenas explicitaram o argumento legislativo de não sobrecarregamento da bacia a jusante. Não foram apresentadas durante a reunião com os ribeirinhos urbanos as considerações da legislação que consideram o binômio água e terra inclusive além do fundo de vale, como é o caso do parâmetro “Conexão Verde”. Entende-se que apenas a adoção de um aumento de permeabilidade do solo nas vias da bacia não seria suficiente para o efeito esponja do solo diminuir a mancha de inundação, mas quanto da água deixaria de chegar ao fundo de vale? Por qual motivo esse tipo de cálculo não é feito? Durante a reunião de apresentação dos cenários, considerou-se a inserção de uma lâmina de água sobre o reservatório, mas não o controle do esgoto que é despejado no córrego, conforme o Plano Diretor determina que deve ser feito. Ou seja, na reunião de participação as regras legislativas não foram colocadas explicitamente pelos técnicos para que todos tivessem autonomia na escolha das opções ou até mesmo na proposição de outras. Ademais, o trabalho cotidiano de cuidado daquelas pessoas com a terra não foi considerado como algo relevante no manejo das águas urbanas. No desenho técnico, ao redor do reservatório de concreto, foi pintada uma área em verde e disseram que ali seria o parque e os moradores poderiam fazer uma horta, mantendo suas práticas. Como se as práticas fossem um adereço e não um determinante do espaço.

Diante da convocação de Roseli para que eu me manifestasse “tecnicamente” me indaguei como atuaria a assessoria técnica neste caso. Ou como procuraria atuar uma ciência comprometida com a lógica da cesta e não com a lógica do herói, nos termos de Le Guin. Um primeiro passo razoável seria deixar explícitas as regras do jogo que tenho acesso. Neste caso, a legislação e algumas considerações sobre o comportamento físico da água no terreno urbanizado. Assim, com o apoio do projeto de extensão Águas na Cidade¹⁰ dentro do grupo de pesquisa MoM sediado pelo Departamento de Projetos (PRJ) e pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (EA-UFMG) estou desenvolvendo juntamente com três bolsistas de iniciação científica e dois membros do Núcleo Capão um site chamado de Águas no Capão nele são disponibilizados dados técnicos numa narrativa não impositiva, para que o cruzamento das informações possibilite aos moradores e também aos técnicos, imaginar, em oposição a soluções de obras dispendiosas apenas no

¹⁰ O projeto é coordenado pelo professor Roberto dos Santos. Registro SIEX no. 402726.

fundo de vale, a gestão de recursos pelos próprios ribeirinhos urbanos organizados por unidades espaciais delimitadas, as circunstâncias, e considerando os efeitos ao longo de toda a bacia.

Nesta proposta, os moradores organizados pela lógica das circunstâncias — conceito que vem sendo desenvolvido pelos pesquisadores do grupo Águas na Cidade e pode ser entendido, em termos físicos, como nanobacias¹¹ dentro de uma bacia. Em termos políticos, a circunstância tem uma escala interessante para a organização sócio-espacial¹² considerando a reconciliação entre os humanos e os não humanos desta delimitação. Nas palavras de Renata Oliveira, pesquisadora do grupo Águas na Cidade, “a circunstância pode ser compreendida como uma unidade espacial de investigação científica e experiência concreta.” O conceito de urbanização reversa designado por Margarete Silva Leta é fundamental para entender esta escala de atuação. A pesquisadora propõe um processo de recuperação socioambiental urbana a partir de, em suas palavras, “microunidades territoriais autônomas”, que poderiam ser as circunstâncias que delimitamos com o professor Roberto Eustáquio no grupo Águas na Cidade considerando o comportamento físico da água. Estas “microunidades territoriais autônomas” seriam “uma aposta na transcendência da alienação característica do homem moderno pela sua reconciliação com a natureza” que se dariam por pequenos processos de recuperação socioambiental por unidades autônomas.¹³ Neste contexto, a assessoria em arquitetura e urbanismo atua no âmbito da pedagogia sócio-espacial, desenvolvendo interfaces - materiais pedagógicos - que incrementem a relação do conhecimento cotidiano com o espaço e ampliem a autonomia do grupo.

¹¹ Roberto dos Santos, coordenador do grupo Águas na Cidade, nos explica que as bacias funcionam na lógica fractal. Isso quer dizer que, dentro de uma bacia há sempre várias sub bacias e, dentro delas, várias microbacias. Dentro delas, há ainda porções mais miúdas, as que chamamos de circunstâncias. O limite das circunstâncias não é imutável, ele pode ser ajustado de acordo com as variáveis específicas. Por exemplo, ser uma área caminhável e ter um ponto de encontro para as mobilizações como uma escola ou um posto de saúde.

¹² Kapp e Souza (2013) mantêm a grafia com hífen para evidenciar a dialética entre as relações sociais e as relações espaciais, ressaltando que tais relações são também antagônicas e conflituosas, não formando o continuum que a grafia socioespacial sugere.

¹³ SILVA, Margarete. Águas em meio urbano, favelas nas cabeceiras, 2013.

Floresta e Cerrado como espaço político

Paulo Tavares é um arquiteto pesquisador que investiga as dimensões coloniais dos processos de modernização. Em contato com arqueólogos que trabalham dentro da floresta Amazônica e do Cerrado brasileiro, ele se deparou com a quebra da tradicional narrativa de que os povos ameríndios pré-colonização viviam dispersos no território, em grupos muito reduzidos e não tecnológicos. Na historiografia convencional, consideram-se as ruínas dos Andes ou da península Grega, por exemplo, como provas materiais da existência de tecnologia e, portanto, de grandes civilizações. Conseqüentemente, nas terras baixas da América Latina, na Amazônia e no Cerrado, onde não há resquícios de mega-construções, também não haveria civilizações ‘avançadas’. Ora, os arqueólogos que Tavares encontrou diziam outra coisa. Descobriram que a própria floresta é o monumento deixado pelos povos ameríndios, como que a “ruína” de suas cidades. O arqueólogo Eduardo Góes Neves realiza pesquisas na floresta Amazônica que contrariam a ideia de natureza prístina e trazem a ideia dos sistemas agroflorestais amazônicos como uma combinação de plantas cultivadas. Tavares então propõe imaginarmos que tipo de cidade, que tipo de urbanismo, que tipo de relações espaciais e sociais produziram a floresta e o cerrado. Evidentemente, trata-se de povos para os quais a arena do político, a agência, não se resume ao humano. Sua pólis é multiespécie.

No pensamento ocidental moderno, a floresta representa a antítese do que seria o espaço do social e do político: ela é a selva, a loucura, o imponderável, o não dominado. A arqueologia, ao compreender a floresta e o cerrado como espaço produzido por humanos ou, melhor, também por humanos, contesta esse paradigma. Surge aí uma perspectiva de relação com a natureza que ultrapassa mesmo aquela imagem de sociedades europeias pré-capitalistas a que autores como Silvia Federici ou Ivan Illich recorrem como contraponto crítico à sociedade atual, isto é, a imagem de florestas, bosques e rios como terra comum ou comunal “sobre a qual podia crescer a solidariedade e a sociabilidade campesina”¹⁴. Aqui se trata de uma comunidade e uma solidariedade mais que humanas. Talvez, quando Henrique diz aos técnicos do estado que sentiu falta de uma intervenção mais artesanal, se refira a uma natureza que se relacione com os humanos - e não apenas - em sua vida cotidiana de uma maneira semelhante à dos povos ameríndios com a floresta (antes da invasão).

¹⁴ FEDERICI, Silvia, *O calibã e a bruxa*, 2017, p. 138.

Ribeirinhos urbanos: quem são?

Preciso contar como conheci o córrego do Capão e, junto com ele, o termo **ribeirinhos urbanos**, que é como se nomeia um grupo de pessoas com quem tenho me envolvido ativamente nos últimos três anos. Em 2020, durante a pandemia de COVID-19, participei do projeto de extensão Terra Comum da EA-UFMG. O projeto incluiu a 1ª Mostra Córregos Vivos, concebida para ser um “laboratório de investigação, experimentação, debate e proposição, na região da Bacia do Cercadinho, produzindo propostas que friccionam o imaginário, articulando espaços e populações”¹⁵. Uma das atividades propostas para aqueles tempos de pandemia e encontros apenas remotos foi, justamente, a correspondência entre pessoas que não se conheciam antes mas que tinham práticas com alguma afinidade. Alternei meu papel entre remetente e destinatária com Roseli Correia, professora do ensino fundamental de uma escola às margens do córrego do Capão e a integrante mais antiga do Núcleo Capão, um dos grupos organizados em torno das águas que faz parte do Subcomitê¹⁶ de Bacia Hidrográfica (SCBH) da Onça. Em Belo Horizonte, atuam dois Subcomitês: o do ribeirão da Onça ao norte, e o do ribeirão do Arrudas ao sul.

Comecei a correspondência como remetente descrevendo o episódio do meu primeiro encontro com o córrego do Leitão¹⁷ que se deu nos anos noventa e após anos morando em sua margem sepultada com concreto.

Vivo em Belo Horizonte na Bacia do Córrego do Leitão. Já morei em diversos prédios aqui na bacia, alguns à margem direita e outros à esquerda. Passei minha infância e adolescência andando sobre as águas do Leitão sem me molhar e também quase sem vê-lo. Lembro da

¹⁵ <https://www.corregosvivos.com.br/>

¹⁶ Segundo o site do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) os comitês de bacias hidrográficas são a base da gestão participativa e descentralizada dos recursos hídricos no Brasil. Neles, o poder público (municipal e estadual), os usuários de água (indústria, mineração etc) e a sociedade civil discutem, negociam e deliberam sobre a gestão local das águas, utilizando-se de instrumentos técnicos de gestão, de negociação de conflitos e da promoção dos usos múltiplos da água.

¹⁷ A bacia do córrego do Leitão está contida na bacia do ribeirão do Arrudas. O córrego do Leitão é um dos principais cursos d'água que atravessa a região central de Belo Horizonte. De acordo com Borsagli, o trecho do Leitão que corre na região central foi retificado nos anos 1920. Já nos anos 1960, com o aumento das inundações e aumento do número de veículos circulando, essa parte que corre na região central foi fechada para a construção de vias. Em 1970 o córrego do Leitão foi canalizado e fechado também na zona suburbana, quando abriu-se a Av. Prudente de Moraes (Borsagli, 2011). Nasci em 1987 e vivi grande parte da minha vida bem próximo a Avenida Prudente de Moraes. A avenida foi construída em 1970, para ela existir destruíram a Favela da Alvorada, que ficava às margens do Leitão. Os moradores da Favela da Alvorada subiram o morro e se instalaram na cabeceira da bacia do Leitão, atual Favela do Papagaio.

primeira vez que soube de sua existência. Chovia forte e eu olhava pela janela do quarto de minha mãe. Espichei a cabeça ao máximo que a grade da janela me permitia e logo o avistei, correndo marrom e caudaloso. Os carros como submarinos. E então meu pai me disse: esse é o córrego do Leitão. Eu devia ter uns 10 anos. No domingo seguinte fui contar para minha avó, que mora na região desde menina, como tinha sido assustador meu encontro com o Leitão, tive uma mistura de medo e admiração por aquelas águas. Foi aí que ela me contou que, quando menina, costumava fazer deliciosos piqueniques às margens do córrego e inclusive NADAR. Nossa! Imagine só! (trecho de correspondência de Núria para Roseli site Córregos Vivos, 2020).

Na sequência, Roseli escreveu sobre águas, esgotos, os vizinhos ciganos Calon, hortas escolares, mulheres jardineiras e agricultoras urbanas. Sua mãe, Dona Helena, também vive nas proximidades do córrego do Capão desde que se casou. Veio de uma cidade que leva o nome do rio que a banha: Piracicaba — em tupi-guarani, o lugar onde o peixe para. O Rio Piracicaba nasce na Serra do Caraça, na bacia do Rio Doce, que juntamente com a bacia do Velhas, participa do Quadrilátero Aquífero, também chamado, sobretudo por aqueles que entendem o espaço como recurso, de Quadrilátero Ferrífero.

Lavadeira desde a infância, nos entretínhamos ouvindo suas histórias construídas na relação com este rio... Brincadeiras, trabalho abundância, alimento, tradição, festas, sofrimento, alegrias, cumplicidade e um turbilhão de outros sentimentos experienciados a partir de um rio, que está morrendo aos poucos por causa da mineração(...) Memórias que foram reascendidas e ressignificadas com a chegada de Luís Felipe, filho amado e aguardado com muito carinho...Que futuro deixar pra esse herdeiro, foi a questão que passou a me mobilizar desde então...Todas as ações que foram feitas em torno do Córrego do Capão, curso d'água que acabou sendo apadrinhado por afinidade com meu trabalho é uma forma de externar uma resistência e a perseverança em dias melhores... (trecho de correspondência de Roseli para Núria disponível no site Córregos Vivos, 2020).

Inicialmente, na ocasião das correspondências e imersa no projeto Córregos Vivos, me auto-denominei sem muito refletir, de ribeirinha urbana do córrego do Leitão. Contudo, após o compartilhamento¹⁸ com Roseli e sobretudo ouvindo as narrativas do

¹⁸ Nego Bispo em *A terra dá, a terra quer* diferencia a palavra troca da palavra compartilhamento. Ele ensina que troca significa um objeto por outro objeto. Já o compartilhamento se refere a “uma ação por outra ação, um gesto por outro gesto um afeto por outro afeto”(Dos Santos, 2023). As correspondências, que mais tarde entendi como um método de pesquisa, existem a partir do momento que cada uma de nós escreve sobre sua relação com as águas na vida cotidiana urbana.

podcast Narrar é Resistir¹⁹ produzido por Clarice Flores, também integrante do Núcleo Capão e estudante de arquitetura, entendi que minha relação com as águas que correm na cidade era outra daquela que eu estava conhecendo. O fato de eu ter vivido às margens do invisível córrego do Leitão não faz com que ele atravesse meu cotidiano, a não ser nos momentos de chuvas excepcionais, quando, contrariando as manchetes da década de 1970²⁰, a Avenida inunda e o Leitão aparece. Para Roseli, como podemos ver no trecho da carta citada acima, tanto o Rio Piracicaba na infância de sua mãe, quanto o córrego do Capão fazem parte dos cotidianos destas mulheres. O primeiro era o espaço e material de trabalho, lazer e alimento de sua mãe, além do rio estar imbricado em seu corpo e construção de memórias. O segundo, córrego que corre muito próximo a escola onde é professora, atravessa seu caminho de rotina e é assunto de suas aulas para o Ensino Fundamental além de ser o espaço que frequenta e cuida nos finais de semana. Para Clarice, que cresceu às margens do Capão, a relação cotidiana com o rio é também mais material e palatável do que a minha com o Leitão. Talvez por isso, sejam também outras as relações de cuidado dessas ribeirinhas urbanas com seu rio e conseqüentemente com a terra/Terra. Relações estas que produzem espaços como veremos adiante.

Eu moro aqui no bairro a vida inteira, e eu sempre tive muita vergonha, eu moro muito próximo ao córrego, e eu sempre tive vergonha de morar perto, de trazer amigos e passar pelo córrego mal cheiroso. Eu atravessava o córrego todo dia para ir para a escola, para ir para a casa da minha avó. É uma coisa que sempre mexeu comigo de forma negativa. (...) Só quando entrei na faculdade e comecei a estudar os rios urbanos é que eu descobri que aquilo não era um esgoto e que córrego não é sinônimo de esgoto. Aquilo é um rio e existem outras possibilidades para aquele rio. Existe toda uma lógica urbana de crescimento das cidades que faz com que o povo pobre esteja próximo desses cursos d'água em leito aberto e faz também com que essa convivência com o curso d'água seja tão negativa. Ao mesmo tempo, as populações mais ricas também tem uma relação negativa com o curso

¹⁹ O podcast está disponível em: <https://open.spotify.com/show/6GkrENTGXISKtxgipxZ99I?si=7b76f52c2c534312>

²⁰ O vídeo Era uma vez um Leitão foi realizado em 1972 e compõe o arquivo do Museu da Imagem e do Som (MIS). Através dele podemos perceber a convicção técnica que se tinha à época de que a cobertura do Leitão resolveria os problemas de enchentes. O locutor diz: “Hoje o Leitão está por baixo dessa nova e ampla avenida. Uma verdadeira passarela negra que vai ajudar a resolver nossos problemas de trânsito. Cenas de enchentes você nunca mais verá. Dessa própria obra com o tempo, você se esquecerá. Mas não deve esquecer, pelo bem da cidade, que o dinheiro dos impostos está sendo empregado em realizações como a canalização do Leitão. Outras serão maiores ainda para fazer de BH uma cidade para nós e nossos filhos.” O vídeo está disponível no YouTube através do link: https://www.youtube.com/watch?v=a1haD8Q_0Gw. Também é possível ver imagens das enchentes do Leitão no fim dos anos 60 através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=pBaQrHhxdg>

d'água que é a relação nenhuma pois a água está embaixo de uma avenida. (Clarice Flores no filme ReconCiliar, 2022).

Clarice, Roseli, André, Gilda, Érica, Henrique entre outros compõem o Núcleo Capão. Roseli desde 2012 busca envolver o Capão em suas atividades docentes. "Gosto de mostrar para os estudantes que existe um rio na vizinhança, inclusive muitos conheceram o Capão pela primeira vez comigo", conta a professora. Foi a partir da docência e da relação com o córrego que Roseli começou a envolver outras professoras e vizinhos, constituindo, com o apoio do Projeto Manuelzão²¹, o Núcleo Capão. Além das atividades na escola desenvolvidas pela professora, o Núcleo organiza também mutirões de limpeza das margens e mutirões de plantio que buscam reconstruir a mata ciliar. Cotidianamente, desde 2021, um grupo trabalha na Horta Clareia a Terra, e almeja transformá-la em uma agrofloresta ciliar, para que, além de gerar alimentos, também proteja as margens do Capão de erosões.

Além da Horta Clareia a Terra, há outros espaços produzidos pelo trabalho cotidiano de cuidado dos moradores. O jardim da Esperança é um deles, construído por Chico e Gilda que plantam flores e árvores frutíferas exóticas e nativas às margens, entre o rio e a rua, compondo um agradável espaço diariamente ocupado por crianças soltando papagaio, corujas, saracuras, tapicurus de cara pelada, lavadeiras-mascaradas e outros não-humanos que encontram ali no jardim uma boa morada, como mostra Gilda. Esse jardim foi bastante frequentado por mim, já que André Carvalho, filho de Gilda e Chico e diretor do documentário ReconCiliar, se tornou um amigo, além de uma aliança²² de pesquisa. Durante a minha pesquisa de mestrado André desenvolvia a pesquisa para o documentário ReconCiliar. Conheci André através de Roseli e também começamos a nos corresponder semanalmente. Enquanto eu enviava a ele as plantas de parcelamento da bacia, imagens aéreas que encontrava da bacia do Capão, esquemas sobre o comportamento físico da água no relevo da bacia e fotos da maquete que fizemos no grupo

²¹ O Projeto Manuelzão foi criado em janeiro de 1997 por iniciativa de professores da Faculdade de Medicina da UFMG. O surgimento do Manuelzão está ligado às atividades do Internato em Saúde Coletiva ("Internato Rural"), disciplina obrigatória da grade curricular do curso de Medicina em que os estudantes passam três meses em municípios do interior de Minas Gerais desenvolvendo atividades de medicina preventiva e social. O histórico das experiências desses professores e estudantes revelou que não bastava, período a período, medicar a população. Mais que isso, era preciso combater as causas das doenças. A partir da percepção de que a saúde não deve ser apenas uma questão médica, foi esboçado o horizonte de trabalho do Projeto Manuelzão: lutar por melhorias nas condições ambientais para promover qualidade de vida, rompendo com a prática predominantemente assistencialista.

²² KRENAK, Ailton, *As alianças afetivas*, 2016.

de pesquisa ele me enviava fotos de álbuns de família da década de oitenta e noventa que registravam o rio a época em uma paisagem com muito menos concreto e mais vegetação, além de fotos e vídeos com moradores não-humanos da bacia e áudios com casos em diferentes tempos envolvendo o córrego e a terra da bacia.

Durante nossos compartilhamentos, André me enviou fotos de quintais-mata na década de sessenta e setenta na bacia do Capão. Perguntei a ele se sabia de relatos de inundação nessa época. Gilda, que é mãe de André, disse que quando ela era criança (1960,1970) o Capão não inundava. O pai de Gilda, de apelido Sarapó, que é o nome de um peixe de água doce presente onde há vegetação abundante, era caseiro da chácara que deu origem ao loteamento cujo lote sua família vive hoje. Sarapó, além de pescar no Capão, cultivava em suas margens folhosas que eram vendidas no centro da cidade. Gilda conta que seu pai abria sulcos na terra e o próprio declive irrigava as plantas. Desta forma, fomos entrelaçando nossas pesquisas e a partir do entrelaçamento criando modos próprios de olhar, ouvir e falar da/com a bacia do Capão ao longo dos últimos noventa anos, quando se deu o processo de urbanização predatória.

Os arquivos de nossas correspondências foram organizados na página *Histórias* do site *Águas no Capão*. De maneira semelhante à aba “mapa interativo”, que a a aba com a legislação e projetos apresentados pelo poder público (FIGURA 01), *Histórias* também apresenta uma imagem de satélite atual que permite a sobreposição com imagens aéreas, levantamentos e plantas de parcelamento de diversas décadas (de 1930 a 2023) coletadas no banco de dados da prefeitura. Por meio da manipulação da opacidade das camadas, é possível analisar o processo da ocupação humana da bacia e suas consequências. Logo abaixo, há uma galeria, organizada por décadas, com fotos de álbuns de família e fotos encontradas em arquivos públicos. Esse conjunto de imagens, com diferentes modos de ver, tem o objetivo de possibilitar a formulação de narrativas de cidades futuras, tendo em vista o que aquele mesmo lugar já foi num passado recente.

O projeto de extensão *Córregos Vivos* acabou mas eu e Roseli continuamos a nos corresponder. Finalmente a vacina de covid-19 chegou e nos encontramos no local que viria ser uma horta que foi chamada pelas crianças ribeirinhas de *Clareia a Terra*. Dali em diante, passei também a frequentar reuniões do Núcleo, reuniões com o poder público (como a citada no início do texto), alguns eventos, a escola onde Roseli é professora e posteriormente a casa de André, Ana, Gilda e Chico.

Alianças afetivas em busca de um fazer incomum

Fravet-Saada, etnóloga nascida na Tunísia, me ajuda a organizar sobre o modo como obtenho minhas informações de campo. Venho deixando-me afetar pelas histórias, reivindicações e práticas de cuidado dos ribeirinhos do Capão adotando “dispositivos metodológicos” que me permitem elaborar um saber posterior, que por sua vez é compartilhado no site *Águas no Capão*²³ e reestruturado a partir do compartilhamento com os ribeirinhos durante as reuniões do GT de drenagem. Os tais dispositivos não são, assim como coloca Fravet-Saada nem observação participante, nem (menos ainda) empatia. Portanto, “não é porque se está no lugar do outro que se tenta imaginar ou representar o que seria estar lá”. Tampouco se trata de nenhuma ação messiânica de ‘ajuda’ a um grupo, como tão comumente costumam atuar os “da técnica” que vem do centro e vão para a periferia. Como diz a filósofa indígena de Queensland, Lilla Watson, citada por Françoise Vergès: “Se vocês vieram para me ajudar, estão perdendo o seu tempo. Mas se vieram porque a libertação de vocês está ligada à minha, então trabalhemos juntas”.²⁴

Logo, acredito que se trate de um trabalhar juntas, entre grupos que mesmo divergentes, como nos aponta La Cadena e seu companheiro Mário Blaser em seu texto *Os incomuns*²⁵, se juntam para um fazer comum, pensando o mundo como terreno compartilhado e a terra como espaço de produção de vida. No entanto, como nos alertam os autores, esse “fazer comum” se dá “ao custo de subordinar um conjunto de práticas a outro por meio do “tornar igual” – isto é, proclama-se uma equivalência onde há divergência operante. E, como consequência, as práticas dominantes podem operar como se as práticas subordinadas fossem irrelevantes para a constituição do comum.” La Cadena e Blaser colocam que é preciso encontrar o que Viveiros de Castro chama de equívocos. Os equívocos “acontecem quando não há compreensão de que, ao usar um mesmo termo, dois ou mais interlocutores estão se referindo a coisas diferentes”.

Entendendo a arquitetura como a “transformação do espaço pelo trabalho humano”²⁶, a pesquisa aqui descrita designa um processo e não um produto, como comumente é entendida a arquitetura. O texto descreve as tentativas de articulação do trabalho acadêmico com o trabalho de educação ambiental realizado por um grupo sócio-

²³ http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/aguas_no_capao/.

²⁴ Vergès, Françoise, *Um feminismo decolonial*, 2021

²⁵ BLASER, Mario; CADENA, Marisol de la, *Os incomuns*, 2021.

²⁶ Kaap, Baltazar & Morado, *Arquitetura como exercício crítico*, 2008.

espacial a fim de produzir ferramentas de negociação, que é o caso do site Águas no Capão. A articulação não é simples e envolve tempo, embaraços e perguntas que surgem no encontro. A busca comum, entre meu trabalho, o de André e o de Roseli através do Núcleo Capão, arrisco dizer que é por uma educação implicada em uma política da vida, e por isso relacionada com o território. Sendo assim, a pesquisa trata de relacionar a arquitetura e o urbanismo, disciplinas dedicadas ao espaço, com a luta de uma professora e seu grupo pelo direito ao convívio com às águas e matas urbanas.

Contracartografia: um site como processo de pesquisa e ferramenta desmistificadora do discurso

O site Águas no Capão visa ser uma ferramenta para ampliar a compreensão da dinâmica da água e da ocupação humana ao longo dos últimos noventa anos na bacia hidrográfica do Capão. Ele disponibiliza dados históricos, técnicos, de legislação urbana, de espaços produzidos pelas ribeirinhas urbanas a partir do trabalho cotidiano de cuidado e memórias levantadas pelas relações estabelecidas durante a pesquisa. O intuito é que, a partir do cruzamento de dados das diferentes abas, as moradoras elaborem análises críticas, com embasamento em informações técnicas e históricas (considerando acervos familiares e institucionais) disponibilizadas. Sendo assim, o site vem sendo utilizado durante o processo de negociação, principalmente com o poder público, como uma ferramenta de articulação social e política para moradoras e professoras da região.

Apostamos que o site poderia dar uma primeira sugestão de borda de organização sócio-espacial da bacia por circunstâncias. As informações disponibilizadas objetivam explicitar o comportamento da água no relevo urbanizado e conseqüentemente a formular críticas aos projetos externos propostos. Além disso, apostamos que a organização por circunstâncias pode instigar as moradoras a imaginar soluções técnicas articuladas de baixo para cima, que sejam amparadas no comportamento da água na bacia urbanizada disponibilizada no site. Apostamos ainda, que as soluções desenvolvidas pelas moradoras em cada circunstância, se amparadas por dispositivos técnicos não impositivos, poderiam ser mais adequadas e diversas do que as estipuladas pelo discurso técnico impositivo que localiza a solução apenas no fundo de vale.

Referências

BELO HORIZONTE. Lei nº 11.181, de 8 de agosto de 2019. Aprova o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte e dá outras providências. Belo Horizonte, 2019.

BISPO DOS SANTOS, Antonio. A terra dá, a terra quer. São Paulo: Ubu Editora / Piseagrama, 2023.

BLASER, Mario; CADENA, Marisol de la. Os incomuns. Piseagrama, Belo Horizonte, nº 15, 2021, p. 74-83.

BORSAGLI, Alessandro. O Vale do Córrego do Leitão em Belo Horizonte: Contribuições da cartografia para a compreensão da sua ocupação. 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, Paraty, maio, 2011.

CARVALHO, André. ReconCiliar. Belo Horizonte: Octopus Filmes, 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KNcNsKcLXdI>. Acesso em novembro de 2023.